

INSURGÊNCIAS URBANAS: PERFORMAR PARA CRIAR OUTROS SENTIDOS

Carolina Erika Santos (UFBA, Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas).

Resumo:

Este ensaio explora as impressões extraídas da performance O Mar pela Greta, executada em uma calçada pública, da cidade de Salvador, no Estado da Bahia. O trabalho artístico desenvolvido foi a atividade principal de uma pesquisa de doutorado que tinha como interesse tornar visível as problemáticas urbanas por meio da arte da performance. Para estabelecer a base de discussão conceitual, o estudo utiliza referências de Richard Sennett, Debord, Deleuze e Guattari, entre outros, com o objetivo de construir um tipo de pensamento horizontal e relacional entre sujeito e objeto, como também, de indicar outros campos simbólicos e semânticos possíveis ao criar uma especificidade estrutural da prática como pesquisa.

Palavras-chave: *Insurgências; Performance; Política; Cidade; Coletivo.*

Abstract:

This paper explores the impressions extracted from the urban performance O Mar pela Greta executed in the public sidewalk of Salvador, Bahia. This artistic work was the core activity of a Ph.D. research concerned with highlighting urban problems by means of the artistic performance. In order to establish the basis of the conceptual discussion, the study uses references from Richard Sennett, Debord, Deleuze, Guattari among others with the intent to building some kind of horizontal and relational thought between subject and object. It aims to indicate other possible symbolic and semantic fields, to create a structural specificity of practice as research.

Keywords: *Insurgency; Performance Art; Politics; City; Society.*

Introdução

Nem tanto ao céu nem tanto ao mar, nem oito nem oitenta. Não para esquerda, tampouco para direita. Talvez no meio. Entre essas oscilações, construo este texto sob o propósito de revelar experiências e imaginários insurgentes, tendo como ferramenta a concretude da palavra em suas vibrações políticas. Em outras palavras, a intenção ao escrever esse ensaio é dar sentido às estruturas sócio-espaciais de diferentes contextos urbanos, com o fito de encontrar algo que ultrapasse as fronteiras disciplinares para estacionar no intervalo ou em qualquer outro lugar onde seja possível aguçar a reflexão por meio de experiências firmadas pelo ato da escrita.

Sou arquiteta de formação, mestre em Urbanismo, doutora em Artes Cênicas e uma pesquisadora atenta aos processos de amplificação do saber, saboreando teorias fixadas por sistemas estruturalistas, evolucionistas e funcionalistas e por um estado contemporâneo de questionamento e de reflexão sobre as coisas. Compartilho as ansiedades de construção de um novo mundo, o mal-estar de uma época globalizada, as regras e o [des]compasso de uma cultura oficial que também é perversa por banalizar, anestésiar e silenciar vozes.

Em busca de um possível caminho do meio, aproprio-me dos mais diversos caminhos de pesquisa, pluralizando o saber por uma via “extradisciplinar”, segundo Brian Holmes (2007, s/p). Por essa via, o pesquisador recorre a campos externos a sua disciplina de formação, a fim de reconstruir críticas ou transformar o ponto de partida, abrindo outras possibilidades de expressão, análise, cooperação e compromisso. Sob essa diretiva, propus performances artísticas na cidade de Salvador com o objetivo de fazer insurgir outros conteúdos sobre problemas urbanos como: projeto de praças, coleta de lixo, arborização, convivência comunitária, especulação imobiliária e saúde pública; para, depois, criar outros sentidos sobre os processos de sociabilização e transformação política em espaços de fala pública. Esse movimento para trás e para frente, ou melhor, essa espiral de transformação é o princípio operativo tanto da pesquisa extradisciplinar de Brian Holmes como a disposição que adoto para construção deste trabalho.

Assim, proponho operar o tempo presente ao realizar performances artísticas no espaço público contemporâneo, tomando tais performances como fonte primária de investigação. O estudo bibliográfico e as respectivas leituras históricas foram praticados de modo a edificar estruturas não lineares de pensamento⁴⁷ e possibilitar avanços e recuos

47 Segundo Boaventura de Souza Santos (2010), o rigor científico, por ser fundado pelo rigor matemático, quantifica, objetiva e caricaturiza os fenômenos da natureza para nele imprimir a personalidade do cientista. Tal simplificação arbitrária da realidade nos confina a um horizonte mínimo para além do qual outros conhecimentos da natureza ficam por conhecer. Nesse sentido, ao propor estruturas não lineares de pensamento, insiro o pesquisador como autor e sujeito na construção de outros campos simbólicos e semânticos, revelando a construção de um conhecimento compreensivo e íntimo que revolve histórias, reloca qualidades, autoriza o autor ser sujeito e objeto dentro das lógicas de estudo.

históricos, sob o propósito de criar reflexões de forma associativa e diagramática⁴⁸. Dessa forma, procuro construir um tipo de pensamento horizontal e relacional entre sujeito e objeto para indicar outros campos simbólicos e semânticos, criando uma especificidade estrutural de pesquisa, por meio da escrita performativa (Austin, 1990).

Não tenho como negar minha natureza dúbia e ambígua, conciliando estados de dúvida que, a todo instante, mudam a direção de um possível pensamento hipotético. Ao criar associações múltiplas, mesmo com reserva crítica e marginal, caio em campos de variações onde tudo é possível, dificultando a tarefa de sustentar uma designação de esquemas abrangentes que a tudo reduzem, analisam e respondem. Devido a isso, minha escolha foi combinar o subjetivo com o analítico em contextos produtivos, calcando perguntas em respostas na tentativa de criar vínculos entre causa e efeito. A intenção foi desenvolver argumentos por meio do próprio experimento e trilhar vias de mão dupla entre os estudos sobre a performance e a herança que carrego em relação aos estudos sobre as cidades.

O mar pela greta

Era uma manhã de domingo, às 10 horas aproximadamente do dia 15 de janeiro de 2012, quando ocupamos a calçada em frente ao ACBEU, no Corredor da Vitória, centralidade de Salvador. Aa, o fotógrafo, já estava lá e logo depois chegou C, a *videomaker*. N, Ab e Mb estavam comigo, desembarcamos as coisas do carro e logo armamos a praia: esteira, piscina, brinquedos, isopor, gelo, guia⁴⁹, bebidas, comidas, descartáveis e um radinho de pilha. Faltava o frango. Corri com Ab para providenciá-lo. Quando voltamos, junto com N e Mb, estavam Ac e sua prima. Acomodamo-nos na esteira e sobre ela Ab lia o jornal, Mb brincava sozinho e eu ciceroneava os presentes com o apoio de N, dando, assim, início aos trabalhos.

Tudo corria na mais completa mansidão: a conversa vagueava, o debate era leve e nesse fuxico nos mantivemos juntos, naquele encontro programado. Mb ficou ansioso e requisitava por mais amigos; eu, por celular, comecei a cobrar a presença dos ausentes. As pessoas foram chegando aos poucos e um estado de vigília nos abraçava: era o vigilante

48 Quando falo de reflexões associativas e diagramáticas, remeto à conjunção “e... e... e...” do pensamento rizomático apresentado por Deleuze e Guattari. Segundo os autores, seria algo como “mover-se entre as coisas, instaurar uma lógica do E, reverter a ontologia, destruir o fundamento, anular fim e começo. (...) *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.37).

49 No Candomblé, a guia é um colar de contas coloridas de vidro ou de louça ritualmente usada por pais, mães, filhos, filhas-de-santo e por crentes que tenham passado por certos rituais iniciáticos sob o intuito de referenciar o orixá ou entidade espiritual que vem dar proteção ou marcar o propósito do dia. No cotidiano das ruas de Salvador é comum um ambulante chamar de guia o dispositivo que suporta o tipo de trabalho que exerce: carrinho de café — vendedor de café; mesa dobrável — vendedor de coisas diversas; tabuleiro da baiana — acarajé, abará, cocada, bolinho de estudante e passarinha; banco baixo e suporte para os pés — engraxate; e por aí vai.

do ACBEU observando o grupo. O grupo atento ao movimento dos passantes; os passantes em alerta, investigando, junto com os moradores da região, o que acontecia ali. E todos, com um semblante descompromissado, porém atento, soprando uma palavra e outra e tensionando a linha tênue entre a vida pública e a vida privada. Enquanto isso, o azul do mar pulsava espremido entre uma fachada e outra, compondo a vista do “mar pela greta”.

No início do século XIX, sobre o mesmo chão e no mesmo intervalo do dia, o azul da baía de Todos os Santos podia ser visto com poucas restrições. A vista aberta para o mar havia sido apropriada por antigos tupinambás; parcelada pelo donatário Francisco Pereira Coutinho; ocupada por Tomé de Souza e habitada por estrangeiros em um período em que tal região era conhecida como subúrbio da Victória. Já no início do século XX, na primeira administração estadual de J. J. Seabra (1912-1916), era possível observar, no mesmo endereço, um processo de laicização do espaço público e substituição das oligarquias rurais através de uma série de obras de melhoramento e embelezamento destinadas à cidade do Salvador, após um longo período de estagnação econômica e de ocorrência de epidemias. O Ecletismo⁵⁰ foi a tendência artística que tomou conta da cidade e de sua arquitetura, dando vista a uma burguesia em ascensão que privilegiava o conforto, o progresso e as produções “novidadeiras” reduzidas ao gosto da moda. Tal grupo social promovia modificações na estrutura urbana conforme seus interesses e ocupava trechos específicos da cidade que melhor refletiam suas idealizações. Os equipamentos escolhidos eram condizentes aos anseios de conforto e sofisticação, ratificando paulatinamente os solos soteropolitanos, em específico o Distrito da Victória, e afirmando qualidades que conduziram à legitimação do status elitista da região.

O trecho da Avenida Sete de Setembro que atravessa o Distrito da Victória é conhecido como Corredor da Vitória – endereço das belas chácaras, localidade nobre da cidade onde estavam as “melhores casas” e a “melhor sociedade”. Os *boulevards* parisienses pareciam ser a inspiração para esse trecho da avenida: vias de acesso com amplas dimensões e devidamente arborizadas, edifícios belos e lotes dotados de jardins, além de passeios e gradis que só conferiam a imagem de modernidade que o Estado tanto desejava. Contudo, é a partir do primeiro Governo Seabra, em 1912, que esse projeto estético mostra-se com maior clareza, sendo prioridade do Estado controlar a produção arquitetônica por meio desses aspectos artísticos, garantindo sobre o conjunto urbano um sentimento de pujança proporcionado pela economia da cidade, mesmo para um grupo tão restrito.

Dito em outras palavras, é sobre o Corredor da Vitória que a arquitetura torna-se o meio pelo qual a elite da Salvador republicana redefine seu papel dirigente, distinguindo, de forma geral, a prevalência de uma classe e, particularmente, a afirmação de fino gosto de cada um dos ricos proprietários sobre o solo urbano. Na arquitetura produzida nesse trecho em específico é possível identificar a aceitação de certas normas, ou certos princípios estilísticos, para fazer valer um caráter cívico comum, legitimando o repertório formal da elite, sob o consentimento do Estado, que autoriza a propagação do gosto clássico nas idealizações e metas construtivas da cidade.

50 Tendência artística fundada na exploração e conciliação de estilos da Antiguidade Grega, que instrumentalizava o arquiteto a produzir segundo o bom gosto burguês. No Brasil, tal estilo representava o progresso técnico-científico e a transformação radical entre o passado colonial e a moderna vida republicana.

A arquiteta mineira recém-chegada em terras soteropolitanas, lá pelos idos do século XXI, circulava pelos arredores da cidade e, em determinado momento, adentrava em um corredor de árvores centenárias que margeavam parte da Avenida Sete de Setembro. A arquiteta assombrou-se com o caráter diferenciado, instaurado em trecho curto e tão específico da cidade. Calçadas bem tratadas, paisagismo exuberante, casarios antigos de porte aristocrático, museus, hotéis e um padrão de moradia que só faz acentuar a tradição de nobreza. A gente, da janela do ônibus, fica imaginando como é a vida naquele fragmento de cidade abençoado por uma vista tão magnífica e, ao mesmo tempo, restrita para a Baía de Todos-os-Santos. Depois de um suspiro, uma piscada longa e uma pequena pausa entre dois condomínios verticais, eu (a arquiteta dessa história) comentei: “Nossa... que marzão!” E meus amigos baianos caíram na risada: “Calma mineirinha... Já estamos chegando na praia!”

Richard Sennett, na obra “O declínio do homem público”, conduz a um entendimento sobre as relações públicas e privadas, especulando teorias e conteúdos históricos ao investigar as mudanças no comportamento humano, no discurso, no vestuário e nas crenças legitimadas em campos sociais. Segundo ele, os tempos atuais são frequentemente comparados aos anos em que o Império Romano entrou em decadência, criando um paralelo entre a crise da sociedade romana e a vida contemporânea, no que diz respeito ao equilíbrio entre as relações públicas e privadas.

No Império Romano, a medida em que se findava a Época de Augusto, os romanos passaram a tratar a vida pública como uma questão de obrigação formal. As cerimônias públicas, os contatos rituais e a partilha de presenças fora do círculo familiar tornaram-se deveres, “deveres em que o romano participava com um espírito cada vez mais passivo, conformando-se às regras da *res publica* e investindo cada vez menos paixão em seus atos de conformidade” (SENNETT, 1998, p. 15). Os romanos, para amortecer as relações sociais, recorriam privadamente ao credo místico, ou melhor, ao Cristianismo, canalizando suas energias emocionais para um novo princípio de ordem pública.

Já nos dias atuais, a vida compartilhada também perpassa pelo sentimento da obrigação. A maioria das pessoas públicas aborda suas negociações com o Estado sob um espírito de anuência, operando e rebatendo tal resignação nas condutas civilizadas e nos intercâmbios rituais com aqueles que são estranhos, porém comuns, na prática da vida cotidiana. Nesse contexto, a pessoa estranha torna-se ameaça e, em um mundo de estranhos, poucos são aqueles que se inserem com prazer; poucos são aqueles que aceitam com naturalidade o anonimato e a individualidade típicos dos grandes centros urbanos. Então eu pergunto: se antes os romanos recorriam ao credo místico para restaurar o sentido de ordem pública, nos dias de hoje, para onde são canalizados os afetos que orientam as nossas escolhas?

A sociedade urbana, nos moldes atuais, passa a representar, em sua maioria, aqueles vínculos de associação e compromisso mútuo entre pessoas, porém sem laço familiar. É o vínculo da multidão, de uma sociedade organizada e unificada por relações de acordo, tendo como refúgio o viver em si, de forma individual. O individualismo sedimentou o silêncio nos cidadãos da cidade. A hipervalorização da intimidade, da privacidade e do retraimento – em função do desenvolvimento de uma individualidade personalista e de uma

mentalidade narcisista – fez surgir uma posição social mediada por aparências.

Richard Sennett (1998) credita à migração em massa do campo para a cidade o papel um dos principais condicionantes para a resguarda da sociedade frente a esses “estrangeiros (i)migrantes”. Tais “estranhos”, que vinham abrigados de forma desordenada – e posteriormente de forma ordenadamente excludente – tornavam caóticas as definições geográficas de classe no interior das cidades e isso causou certo receio no homem urbano em definir os novos estrangeiros/estranhos, facilitando a tendência de se defender do público através de uma reclusão nas esferas privadas. Outro fator socioeconômico que auxiliou essa tendência foi a ascensão da classe burguesa, especialmente a média burguesia, que optava por uma elevação social através da individualidade, do engrandecimento próprio e não da organização por classes. As novas formas de comércio também influenciavam essa mentalidade, pois o comércio capitalista, a “fetichização da mercadoria” e as novas lojas de departamentos tornavam o comprador cada vez mais crente de que tais mercadorias iriam modificar suas personalidades.

O advento de tal personalidade individualista, enquanto forma de expressão social, acontece em um momento que se privilegiava o “em si” através do secularismo, ou seja, do ato concreto, imediato, o real. Isso facilitou a concepção de que as impressões causadas pelas pessoas eram definidoras das personalidades individuais, ou melhor, das próprias pessoas e de suas relações interpessoais. Com a queda das ideologias e toda a possibilidade de se pensar uma mística idealista, a representação de si passou a ser o novo credo místico, como se fosse capaz de ler o caráter da pessoa de acordo com seus signos representativos. A própria concepção de sociedade perde seu significado para dar lugar a uma concepção de social mediado por uma “coleção de personalidades”.

Assim, a grande diferença entre o passado romano e o presente reside no significado de privacidade. O romano, privadamente, buscava a transcendência religiosa como compromisso e crença, nos dias de hoje, o que se busca é refletir sobre o que existe de autêntico nos sentimentos próprios, fazendo com que as pessoas invistam na sua capacidade introspectiva, fechando realidades em si mesmo como meio de se conhecer o mundo. E, diante dessa urgência de introspecção, o sistema capitalista em vigor instaura o poder de consumo como realização da ideia de indivíduo.

Porém, as ideias atuais a respeito dessa psicologia da vida privada ainda são confusas. Apesar de reconhecer o contexto e as relações como meios de afecção, a psique dos novos tempos é tratada como se tivesse uma vida interior própria, preciosa de tão delicada, que deve ser protegida da exposição às duras realidades do mundo social, para poder florescer em recolhimento. Assim, o Eu de cada pessoa torna-se um fardo. Conhecer-se a si mesmo tornou-se uma finalidade, um recurso para que sentimentos e paixões sejam alojados em busca de uma personalização, pois, quanto mais recluso for o princípio de vida, mais mimos receberá o Eu, já que foi autorizado um processo de afastamento voluntário do convívio social.

Essa imaginação psicológica da vida compartilhada tem consequências sociais amplas. Para consentir uma reflexão sobre a ideia de psicologia da vida privada, convido-o, por um instante, a paralisar o universo de especulações imaginárias sobre o

sentido da palavra **intimidade**. **Intimidade** conota calor, confiança e expressão aberta aos sentimentos. Substantiva a ausência de cerimônia, a qualidade familiar, aquilo que é extremamente pessoal e que diz respeito aos atos, sentimentos ou pensamentos mais recônditos de alguém. Qualifica, também, um quadro de expectativas tão logo aparece um sentimento de empatia pelo mundo externo; uma vontade desmedida de esperar por benefícios psicológicos e criar vínculos, sem precisar que a vida social significativa não é obrigada a conceder tais recompensas. A busca por tal afeto, sem avaliar que o mundo impessoal também pode ser algo rançoso, pode ser vazio e decepcionante (Sennett, 1998).

Cada pessoa, mergulhada em si mesma, comporta-se como se fosse estranha ao destino de todas as demais, por estarem ocupadas demais com as suas histórias, com suas próprias vidas e emoções particulares. Seus filhos e seus amigos assumem a qualidade total de espécie humana e, em relação aos Outros, ao mundo externo, tudo é vazio, o que vale é existir apenas em si e para si, cintilando um certo sentido de família, mas apagando o entendimento de sociedade – uma escolha introspectiva que mais parece uma armadilha do que uma libertação. Essa introjeção no Eu, por mais estranha que possa parecer, impede a satisfação das necessidades do próprio Eu, impedindo que se alcancem certos objetivos (como se ligar a outra pessoa), por questionar sempre se é isso o que se quer. Assim, a voraz introjeção pode significar o bloqueio de satisfações.

E nessa tarefa obsessiva de autenticar a si mesmo, tudo que advém das outras pessoas é aceito e julgado internamente – tudo o que é recebido das outras pessoas não é tido como indiferente, mas assimilado e capturado pelos esquemas de racionalização internos que nos aprisionam em nossos sentimentos mesquinhos. Ou seja, as indicações sinalizadas pelo mundo externo, mesmo que estranho, são absorvidas e usadas pelo Eu em seus delírios de referência – delírios, por exemplo, que traduzem a espera de algo como amor, mas que nunca pode ser revelado, contrastando seu apelo ao demonstrar total indiferença àquilo que afeta. Por esse eco, o que se revela é o desejo de legitimação do Eu ao depositar no Outro expectativas particulares, borrando o sentido de vida pública e vida íntima em campos de conflito.

Eu estava de biquíni, na Avenida Sete de Setembro, confraternizando um dia de verão com os meus iguais. O que nos unia, a princípio, era uma insatisfação declarada ao esquema privativo de construção de cidades, reivindicando o que restava de vista pública da Baía de Todos-os-Santos. Sobre uma arena de trocas públicas, instauramos nossa presença, para repudiar os procedimentos de configuração dos espaços urbanos sob um tom lúdico, mas também agressivo. Escolhi simular uma situação descontraída, sobrepondo um imaginário privado sobre uma realidade pública, além de embaralhar identificações de amor e ódio para diferenciar Eles de Nós, sendo necessária a presença d’Eles para legitimar o Nós sobre um processo de repulsão de estranhezas em um jogo mútuo.

No mesmo instante em que formalizávamos um encontro descontraído, com frango e farofa e crianças em festa, forças atuavam retraindo os corpos dos presentes pela rigidez das opiniões, dos hábitos e pelo rigor consigo mesmo e com os outros. O grupo que se reuniu para provocar essa ação, também de origem burguesa e residente em outros bairros da cidade, mobilizou forças para dar visibilidade a uma cultura autônoma, reclusa em esferas privadas, guiada pelo consumismo e pelo próprio engrandecimento.

Nas proximidades da esteira de palha de cinco metros quadrados, que marcava os limites da performance “O mar pela greta”, transitavam, externamente, aqueles que se mostravam inseridos no compasso da cultura oficial. Contudo, internamente, na intimidade familiar gerida sobre a esteira, permaneciam os performers, em pausa, interrompendo o fluxo da calçada pública e provocando uma espécie de ruído na cadência vigente. Sobre o território que a esteira marcava, pairava o desejo de conturbar a lógica urbana em vigor, porém dentro dela mesma. As personalidades ali presentes pouco tinham noção sobre o que, de fato, estava acontecendo e mantinham um lugar de resistência, na crença de fazer cintilar estados de consciência por meio do evento “em si” – do ato concreto e deflagrador que faz insurgir outros sentidos; o acontecimento na concepção de Deleuze e Guatarri (1992).

Era um universo de diferenças em que as pessoas poderiam ser estranhas umas às outras, porém em “coexistência pacífica”. Nesse contexto, as relações intersociais poderiam engatar uma espécie de parlatório – no qual as coisas são ditas e inseridas em pautas que visam resoluções coletivas – ou simplesmente manter a pausa, o ruído, o incômodo, firmado por um grupo de artistas, sob o propósito de dar visualidade a um esquema ambíguo e confuso de relação pública; falo de duas situações de encontro com potencial transformador e de excelência política.

Pelo dispositivo performativo criado no Corredor da Vitória, que agregou pessoas e coisas no cruzamento de poder e de saber (Agamben, 2009), instaurou-se um silêncio desconcertante entre Nós e Eles. E, para manter a dissociação e o anacronismo com relação àqueles tempo e espaço, foi necessário que o grupo de artistas se mantivesse indiferente, silenciado diante do estranho, aceitando um outro tipo de revolução que escapa do controle da recepção. Somente entre os indivíduos que compartilhavam dos mesmos códigos de caráter eram vistos com simpatia.

As pessoas internas ao grupo identificavam o externo como ameaça à integridade da unidade construída, uma identidade de resistência que envelopava o grupo como um ser comum, porém instável, já que a qualquer instante um interno poderia virar antígeno e gerar fratricídios dentro da situação construída, da mesma forma que um grupo de jovens artistas burgueses fraturava a normalidade do Corredor da Vitória. A performer de biquíni, por exemplo, ficou horas contabilizando quem foi e quem não foi participar da ação, tentando entender, junto com os presentes, o porquê da ausência dos outros comparsas de criação. Para o mundo externo, o grupo de artistas criava a aparência de uma ação pacífica de resistência, mas internamente, na esteira de palha, conversas eram tensionadas pelos recursos representativos usados, pela ansiedade e pela angústia de chegar ao fim, negociando com a condição funesta contida na potência criativa das coisas.

Enquanto o grupo fincava o pé naquele trecho de espaço público, eram reveladas projeções de agressividade ao Outro, ao mesmo tempo em que se desejava a presença do mesmo, de forma íntima. Será que a performer de biquíni saberia receber o morador do Corredor da Vitória caso manifestasse interesse? Ou acolher o tomador-de-conta-de-carros ou qualquer outro passageiro desconhecido? Como articular o desejo de estar junto, agenciando a diferença cultural e a discriminação social?



Figura 1: Insurgências Urbanas: performance na cidade. Performance “O mar pela greta”, às 11h00 do dia 15 de janeiro de 2012, Av. Sete de Setembro, Corredor da Vitória, Salvador – BA/ Brasil. Fonte: acervo da autora. Foto: Aldren Lincoln.

O público e o privado: interações de fronteira

É interessante observar a constante oscilação da importância atribuída ora à vida pública ora à vida privada. Trata-se de um assunto difícil de ser dedilhado e de ser esgarçado, tanto em relação às lógicas de implicação política quanto às de conotação personalista e umbilical. Muito é falado sobre a decadência dos espaços públicos e da ausência do discurso político, mas pouco se verifica sobre as condições sociais que encorajam as pessoas a demonstrarem umas às outras seus sentimentos ou seu ponto de vista em afirmação no terreno político, tendo como impulso inicial o desejo de tornar expressiva a experiência cotidiana; mesmo apelando para as energias que hoje parecem exclusivas ao domínio da arte. Mesmo apelando para associações entre criação, com subjetividade afetada pelo contexto real junto a uma ação efetiva que rearranja as bases da existência.

Segundo Richard Sennett (1998), com a queda do Antigo Regime, surgiu uma nova cultura urbana, secular e capitalista, baseada na hipervalorização da intimidade e no esvaziamento da esfera pública – condição posterior a uma série de transformações ocorridas nas sociedades dos séculos XVIII e XIX. Para o autor, as sociedades do Antigo Regime estavam apoiadas na relação espetacular traduzida pelo teatro, que constituía, junto à plateia, um espaço cognitivo capaz de reunir pessoas estranhas umas às outras para nela conviverem em diversidade, mas sob códigos simbólicos e reguladores que favoreciam o enriquecimento do repertório das relações coletivas, azeitando as dinâmicas sociais sob a esfera pública. Porém, a sociedade contemporânea sofre com o prejuízo trazido pela confusão entre vida pública e privada ao expor assuntos pessoais de forma pública, fazendo do espaço público um lugar íntimo.

No contexto urbano, frente ao espetáculo pessoal, cabe ao cidadão – comparado ao espectador – observar o político (o homem público que é também um excelente orador) silenciosamente, como se ele possuísse uma aura mística que o tornasse superior ao restante dos demais. O conteúdo do discurso – ou das propostas desse homem – em nada importa, o que vale é a personalidade apresentada, deixando transparecer o seu caráter através de traços pessoais. Se o teatro do século XVIII era um lócus da algazarra, de interação, de debate e de discussão, a realidade pública do século XIX passou a ser o local do silêncio, autorizando a voz de uma personalidade do espetáculo (o ator) sobre uma totalidade calada, talvez retraída, por também desejar uma personalidade virtuosa que acredita não possuir. O silêncio era outra forma de defesa contra a possibilidade de encontrar o estranho e de se manter em nova relação social; o silêncio é uma forma de se manter alheio à sociedade mesmo inserido nela.

Já no século XXI, os sintomas dessa sociedade intimista delineiam uma cultura narcísica, em que o político resigna-se às ações embasadas na própria personalidade. Sennett diz que “grande parte dos escritos contemporâneos sobre a obsessão da sociedade para com o eu proclama o fato de que essa obsessão nos impede de sermos expressivos uns com os outros, de que somos artistas sem uma arte” (SENNETT, 1998, p. 46); de que nossas relações são superexposições de personalidades. Assim, a personalidade individual triunfa sobre as organizações sociais mais amplas, facilitando o surgimento de

“comunidades destrutivas” e sustentando tais micro-círculos sociais que se excluem da sociedade para enclausurar seus integrantes em um pequeno círculo identitário.

Quanto mais a subjetividade se torna um fim em si mesma, mais o desejo de integração amortece. Em condições de “ensimesmamento”, a expressão perde em potência e, junto a ela, a possibilidade de aproximação e questionamento de si e do mundo. As pessoas se comportam sem ousar experiências, sem imaginar relações interativas que suscitem paixão e aceitam o papel comportado e controlador da conciliação e do apaziguamento. Em uma época em que as relações íntimas determinam aquilo que será admissível, convenções, artifícios e regras surgem apenas para impedir que uma pessoa se revele a outra, enfraquecendo a arte na vida cotidiana e a possibilidade de acender a força criativa e singular que nos faz jogar “com”, investir sentimentos “em” e tolerar imagens externas do **Eu**.

Com o desequilíbrio dos pesos atribuídos ora à vida pública e ora à vida privada, o potencial expressivo do indivíduo inserido no todo social se enfraquece frente às orientações vigentes da cultura em vigor. Diante dessa situação, confirma-se a necessidade de refúgio em estado meditativo, suspendendo o mundo e a sua temporalidade para ser supostamente total e estável. A subjetividade, governada pela introspecção, instala uma condição anestésica em relação ao Outro e paralisa o elemento essencial do encontro, das trocas e da integração: a possibilidade do devir. A esse tipo humano é dado o nome de “Bloom” (PELBART, 2006, p. 269). Um tipo humano recém-aparecido no planeta que, imerso na estupidez dos prazeres diários e sob máscaras sem espessura, ergue-se na linha paradoxal das relações humanas ao negar as qualidades afetivas do seu corpo vibrátil (Rolnik, 2007). Ele está tão preocupado com a aplicação de esquemas interpretativos que aliam as identificações do ego com imagens dos personagens aceitos socialmente e tão necessitado de uma lógica funcional que faça valer um tipo de saúde psíquica estável e bem adaptada aos códigos do mapa oficial do meio em que vive, que passa a controlar os regimes de apreensão sensível do mundo. Falo de uma relação complacente com a estrutura dominante, de uma não participação na criação de outros mundos e de uma aceitação de um sentimento de futilidade associado à ideia de que nada tem importância.

Porém, nem tudo está perdido. Sob o desejo de criação, em resposta à necessidade de inventar uma forma de expressão para aquilo que o corpo escuta da realidade enquanto campo de forças, eis que surgem pessoas dispostas a mergulhar na subjetividade a fim de serem expulsas da mesma, com outras formas, porém, de apreender e representar o mundo que as cercam. Retomo a ideia de introspecção, porém sob outro viés, para dizer que tais pessoas mergulham em si para descobrir o **Outro**, para criar laços de igualdade e trocas mútuas num constante devir, habitando as linhas de força que perturbam os processos de percepção e apreensão humana. São pessoas que tendem a reconhecer os signos do corpo vibrátil e se deixam afetar pelas forças que dele emanam, para depois regurgitar um ponto de vista através de um artifício expressivo que seja capaz de constituir um plano de existência em que realidade de si e do mundo estejam em constante renovação.

E a praia acabou. Estávamos com aquele cansaço típico de fim de praia e meio ansiosos para voltar para casa. E, na diluição das expectativas, vieram as perguntas sem resposta: Tensionou? Provocou? Alterou? Reverberou? Foi gostoso passar o dia com amigos,

comendo frango com farofa e falando coisas inteligentes. Foi estranha a passividade e a conformação do entorno frente ao nosso ato de ocupação. Então, deveria chegar a polícia? Criar baderna? Preparar uma bomba e explodir o prédio que tampava a nossa vista? Não... não precisava de tanto. Então, uma orgia coletiva em que todos são iguais em um momento de festa no espaço público? Quem sabe o burguês desceria das alturas e acolheria o manifesto ao prometer criar resistência aos esquemas de auto-engrandecimento... Será?! O mais engraçado disso tudo foi a aderência dos esquemas representativos produzidos após a performance e a repercussão das imagens e dos discursos nos campos de fala. Foi a performance com mais “curtir” nas “fã-pages” das redes sociais e com mais adesão nos dias expositivos durante a “Mostra Insurgências Urbanas” na Galeria Cañizares da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

Os afetados pelos registros sempre me traziam histórias de exclusão e submissão à lógica privativa de construção de cidades, compartilhavam insatisfações e o desejo de transformação política. Os amigos mais próximos desculpavam-se pelo não comparecimento, mas faziam questão de registrar a satisfação que sentiam em relação a essa performance e a vontade de participação. E, mais uma vez, vem à tona a tal neurose narcísica sobre a função do discurso político aplicado nos espaços públicos. Como consolidar, diante disso, espaços de fala pública?

Sem resposta, fui abrindo mão da minha obsessão de controle e me estacionando sobre um conhecimento novo: entre a causa e a intencionalidade, projeta-se uma sombra na qual a escrita encena sintomaticamente as perplexidades mentais evocadas pelo sujeito, distanciando-se do significado para efetivar representações densas de outros sentidos que não correspondem a nenhuma experiência real, porém plausíveis ao domínio público. Quando tais representações são lançadas no mundo, elas agitam devires potenciais, descolados da sequência cronológica e espacial, para desencadear esquemas de forças possíveis de afetarem o **Outro**, dando a cada um a sua lógica e complexidade própria, liberando conteúdos etéreos, vincados na natureza política da história – um jeito político de fazer arte.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer:** palavras e ação. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- DEBORD, Guy-Ernest. **A sociedade do espetáculo.** Tradução Estela Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 283 p.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **O que é a Filosofia?** 2ª ed. Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 288 p.

HOLMES, Brian. Investigaciones extradisciplinarias: hacia una nueva crítica de las instituciones. **European Institute for Progressive Cultural Policies — EIPCP**. Tradução de Marcelo Expósito. Viena, 2007. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0106/holmes/es>> Acesso em: 07 jul. 2013.

ROLNIK, Suely. **Cartografias sentimentais**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PELBART, Peter Pál. Como viver só. In: LAGNADO, Lisette, *et al.* **27ª Bienal de São Paulo**: Seminários. Rio de Janeiro: Cobogó, 2006.

Carolina Erika Santos

Arquiteta Urbanista pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (Belo Horizonte-MG), Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da mesma instituição. Pesquisa e realiza performances artísticas nos espaços públicos das cidades contemporâneas sob o propósito de sublinhar as políticas públicas por meio do fazer performativo.